

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

1 **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE**
2 **FRANCA – 20 DE OUTUBRO DE 2023.**

3 Aos vinte (20) dias do mês de outubro de 2023, às nove horas e quinze minutos (09h15), pela
4 Plataforma de videoconferência Google Meet, pelo link <https://meet.google.com/dkm-bfui-ztg> deu início a 9ª
5 Reunião Ordinária, do Conselho Municipal da Condição Feminina de Franca-CMCF do exercício de 2023.
6 Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiras, sendo assim quatro (04) do Poder Público, e dez (10)
7 da Sociedade Civil, com as seguintes **Conselheiras Titulares:** Priscila Aparecida Martins, Juliana da Silva
8 Paiva, Myrian Ravanelli Scandar Karam, Karla Marques, Ana Caroline de Andrade Lopes, Regina Célia de
9 Souza Beretta, Marina Costa de Lima, Janaína Lucas dos Santos e Israïld Giacometti. **Conselheiras Suplentes**
10 **na Titularidade:** Laura Masson Belloti. **Conselheiras Suplentes:** Giovana Cristina Rosa, Thalia Gabriele
11 Rodrigues Martins, Viviane Rodrigues da Costa, Marília Angélica Martins. Pela **Secretaria-Executiva do**
12 **CMCF** estiveram presentes: Maria Amélia Faccioli Vergara, Secretária Executiva e Luiza Pasquarelli,
13 estagiária. A pauta após aprovação foi a seguinte: **I – EXPEDIENTE REUNIÃO ORDINÁRIA: 1.1 – Registro**
14 **de presenças, verificação de quórum e apresentação das justificativas das Conselheiras ausentes; 1.2 –**
15 **Deliberação e Aprovação da pauta; 1.3 – Deliberação sobre a ata da 8ª Reunião Ordinária – 22.09 II –**
16 **ORDEM DO DIA: 2 – Assuntos: 2.1 – Recomposição das comissões de Trabalho – 2023; 2.2 – Recebimento**
17 **de Ofício SEDAS 437/2023 e do Parecer da Procuradoria Jurídica sobre alteração da Lei do CMCF –**
18 **DEFINIÇÃO SOBRE A ANÁLISE E ENCAMINHAMENTOS; 2.3 – Devolutiva de participação de**
19 **conselheiras em eventos e sobre atividades realizadas. III – INFORMES GERAIS – 3.1 – Carreata da**
20 **Mamografia em Franca - de 24 de outubro à 05 de novembro; 3.2 – Convite – Ação Comunitária do CRAS**
21 **Oeste – Sábado – 21.10, 9h às 13h – Centro Comunitário Vila São Sebastião; 3.3 – Convite Posse novo**
22 **colegiado do COMUPI – 27.10, 8H30 – Secretaria Ação Social; 3.4 – Palavra aberta às conselheiras e**
23 **convidadas.** A Secretária Executiva, Maria Amélia Faccioli Vergara, deu início a reunião cumprimentando as
24 Conselheiras e convidadas presentes e realizou a verificação do quórum. Verificado e confirmado o quórum,
25 com a presença de dez (10) conselheiras titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes
26 **Ausências Justificadas:** Mariani Dias Souza, Larissa Gatti Gomes, Sandra Cristina Fernandes Lopes, Adriana
27 Barbosa Raymundo, Giovana Cristina Rosa, Joseane da Silva Poli e Flavia Mildres Rodrigues Ribeiro. E ainda,
28 as **Ausências Injustificadas:** Cristiane de Melo Castro Masui, Cacilda Barsanulfo Ribeiro, Isabela Augusto
29 Soares, Karla Migani de Andrade Tozzi, Adriana Cristina Gomes, Walquíria de Castro, Luciana Lopes Canavez
30 e Elaine Cristina Rocha. Em seguida, foi realizada a leitura da proposta de pauta, que foi aprovada sem
31 alteração. Prosseguindo, o colegiado definiu por iniciar a reunião com a apresentação dos informes, visto que a
32 Vice- Presidente do conselho, Senhora Viviane, que coordenaria os trabalhos do dia, informou que se atrasaria.
33 Procedendo então, Maria Amélia iniciou a apresentação do primeiro informe, item **3.1 – Carreata da**
34 **Mamografia em Franca - de 24 de outubro à 05 de novembro:** Maria Amélia compartilhou por e-mail a

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

35 informação de que a Secretaria de Saúde, em parceria com o governo estadual, realizará a Carreata da
36 Mamografia, que acontecerá do dia 24 de outubro à 05 de novembro, com o objetivo de incentivar as mulheres
37 a realizarem o exame. Serão distribuídas 50 senhas por dia de segunda a sexta, e o horário de atendimento será
38 das 8hs às 17hs, e aos sábados serão disponibilizadas 25 senhas. Foi orientado para que as mulheres levem o
39 cartão SUS, mulheres de 35 a 49 anos e acima de 70 anos, devem levar o pedido médico, mas, acima de 50 até
40 69 anos não precisa de pedido médico. Maria Amélia comentou ter disponibilizado essa informação por achar
41 interessante que as conselheiras ajudassem a divulgar este evento nas redes sociais, inclusive na rede do CMCF,
42 sendo então votado pela aprovação desta veiculação; **3.2 – Convite – Ação Comunitária do CRAS Oeste –**
43 **Sábado – 21.10, 9h às 13h – Centro Comunitário Vila São Sebastião:** Foi orientado que periodicamente as
44 unidades estatais realizam ações comunitárias e neste momento o CRAS Oeste está solicitando ampla
45 divulgação, convidando os conselhos para participarem da ação no próximo sábado. Foi salientada a
46 importância da participação das conselheiras, para estarem junto à comunidade, para ouvir a população e falar
47 sobre o CMCF. Israil se disponibilizou para participar deste evento como representante do Conselho; **3.3 –**
48 **Convite Posse novo colegiado do COMUPI – 27.10, 8H30 – Secretaria Ação Social;** Foi informado que o
49 COMUPI teve uma renovação do colegiado e o convite para a posse este novo colegiado foi estendido à todas
50 as Conselheiras. Foi ainda lembrado que em novembro terá a Posse do COMDECON, Maria Amélia disse que
51 depois compartilhará o convite para todas; **3.4 – Palavra aberta às conselheiras e convidadas:** A conselheira
52 Laura solicitou a palavra para passar um informe, afirmando que na região Sul terá o projeto: “Em defesa
53 delas”, organizado pelo CREAS 1 e Núcleo Reconhecer, que terá como foco discutir sobre o ciclo de violências,
54 pontuando que será um evento aberto e convidou as conselheiras. Maria Amélia lembrou que ano passado o
55 Conselho participou desta ação, em novembro, sendo responsável pelo cinema “cine-mulher”. Ao final dos
56 informes, a Senhora Viviane passou a coordenar a reunião e deu início aos assuntos da pauta. **2.1 –**
57 **Recomposição das comissões de Trabalho – 2023;** Viviane informou que o Conselho possui duas Comissões
58 de Trabalho, a Comissão de Comunicação, Divulgação e Visibilidade do Conselho, com 10 conselheiras
59 inscritas. As funções são: divulgar as ações, publicar artigos, elaborar e criar conteúdo e textos que serão
60 veiculados, assegurando o padrão das publicações nas redes sociais, acompanhar e inserir informações nas
61 redes sociais, planejar e coordenar ações referentes à execução dos eventos, identificar e mobilizar recursos
62 humanos para realização das atividades, garantir a elaboração do relatório final, publicizar as ações e
63 acompanhar a implementação destas, organização do Fórum da Mulher de Franca e outros eventos; e a
64 Comissão de Articulação Política, Legislação e Normas, com 9 conselheiras inscritas. As funções são: Planejar,
65 discutir e propor ações de articulação com o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Sociedade Civil; estudar
66 e analisar as orientações normativas para adequação da Lei de Criação do Conselho, do regimento interno e de
67 outras demandas que surgirem, para posterior deliberação do colegiado e envio ao Gestor para aprovação;
68 planejamento e ações para renovação do colegiado. Foi feito o convite para que as conselheiras que ainda não

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

69 fazem parte de alguma comissão possam se juntar para contribuir, especialmente as conselheiras que
70 recentemente entraram no colegiado. Maria Amélia enfatizou que nessas Comissões é onde as conselheiras se
71 debruçam, para que as ações do Conselho aconteçam. Ana Caroline, Karla e Laura se disponibilizaram para
72 participar da primeira comissão. **2.2 – Recebimento de Ofício SEDAS 437/2023 e do Parecer da**
73 ***Procuradoria Jurídica sobre alteração da Lei do CMCF – DEFINIÇÃO SOBRE A ANÁLISE E***
74 ***ENCAMINHAMENTOS***; Esse ofício foi encaminhado para a Comissão de Legislação para que fosse feita
75 uma prévia reunião para análise do documento. Maria Amélia explicou para as novas conselheiras que existe
76 um projeto de alteração da lei que tramita desde 2018. O CMCF fez uma proposta e a Procuradoria Jurídica da
77 Prefeitura fez análises, encaminhou sugestões, o CMCF analisou novamente. Em maio o Conselho enviou uma
78 nova proposta e recentemente surgiu mais uma manifestação da Procuradoria, inclusive com uma minuta de
79 Projeto de Lei, com as alterações sugeridas por eles. A Comissão de Legislação necessita analisar. No ofício a
80 Secretária de Ação Social pontua uma questão que foi apresentada pela Procuradoria Jurídica, que seria a
81 substituição do segmento de Polícia Militar e DDM, pois não são órgãos do Município, tendo uma justificativa
82 do jurídico no Parecer. Sendo assim, será preciso definir como será feita essa análise pela Comissão. Thalia
83 informou que fará a proposta de realizar uma reunião com todas integrantes do grupo, pelo WhatsApp, para
84 compartilhar uma proposta com o CMCF na próxima reunião, de novembro. **2.3 – Devolutiva de participação**
85 ***de conselheiras em eventos e sobre atividades realizadas***. Maria Amélia informou que essa pauta foi incluída,
86 uma vez que as conselheiras, principalmente as presidentas são muito ativas em eventos, sendo assim esse
87 espaço fica reservado para o compartilhamento e devolutiva destes momentos. Foi informado que no grupo de
88 WhatsApp, Janaína solicitou à conselheira da saúde, Priscila, que articulasse um vídeo e cartilha sobre o
89 outubro Rosa para que fosse viabilizado nas redes sociais. Priscila informou que uma das enfermeiras da UBS
90 Ângela Rosa, Noemi, gravou um vídeo com informações sobre o objetivo da campanha e quais são os serviços
91 de saúde disponíveis para atendimento das mulheres. Maria Amélia lembrou sobre a inclusão das novas
92 conselheiras no grupo de WhatsApp, que é um grupo de trabalho, com questões somente relacionadas ao
93 Conselho e informou que caso alguém ainda não estiver no grupo, e quiser entrar, avisar. Ana Caroline disse
94 que ainda não está incluída, mas quer participar. Viviane retomou sobre o projeto de acolhimento, que
95 funcionou na Expoagro “tenda que acolhe”, mas como não esteve presente, pois estava a trabalho em Campinas,
96 solicitou que Maria Amélia compartilhasse sobre o que elas falaram, inclusive para socializar também com as
97 novas conselheiras. Maria Amélia informou que elas apresentaram o projeto que desenvolvem. Se trata de uma
98 empresa que pode ser contratada em eventos grandes, para estar com a tenda de acolhimento, para que seja um
99 canal onde as mulheres que se sintam em vulnerabilidade, e em risco, busquem o apoio destas. Trouxeram uma
100 apresentação, que ainda não foi disponibilizada para o CMCF. Elas informaram que fazem formação sobre esse
101 assunto, e a princípio falaram que disponibilizariam essa formação com o Conselho, porém não deram mais
102 nenhuma informação a respeito. Viviane solicitou que os folders fossem disponibilizados no grupo de

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

103 WhatsApp. Informou que seria interessante retomar essa ideia de formação, falou que a OAB também tem
104 alguns cursos de treinamento online, com muitos conteúdos relacionados ao suporte para a violência às
105 mulheres. Viviane compartilhou sua experiência sobre como age quando mulheres entram em contato com ela,
106 solicitando informações e apoio. Disse que encaminha para os grupos, de acordo com sua região, inclusive
107 passa o contato do serviço de “Escuta Ativa”, para que eles também possam orientar a quem necessita. Maria
108 Amélia lembrou que na reunião anterior ficou definido convidar representantes da DDM para que
109 apresentassem o fluxo de atendimento daquele órgão, e consultou a conselheira e delegada, Dra. Juliana,
110 presente na reunião, se seria possível agendar esse momento para a próxima reunião do colegiado. Tomando a
111 palavra, Doutora Juliana informou que é importante entender que não existe um fluxo pré-determinado depois
112 que a vítima chega na DDM, tendo em vista a particularidade de cada caso. Tratando da normativa que é
113 seguida, da Polícia Civil não tem como ter um fluxo sobre quais serão os passos, porque os casos são muito
114 peculiares e cada vítima demanda uma atenção especializada. Dra. Juliana afirmou ainda que poderiam ser
115 trazidos casos específicos onde ocorreram entraves no atendimento, com perguntas para discussão, talvez até
116 uma cartilha, para que ela possa responder da melhor forma. Viviane agradeceu a participação de dra. Juliana e
117 informou que a partir dessa ideia de cartilha, será interessante a comissão de comunicação se reunir para
118 elaborar esse material, para informar sobre os crimes de violência e quais os locais onde pode ser solicitada
119 ajuda e apoio. Juliana afirmou que já existe uma cartilha realizada em parceria com o CRAM e Escuta Ativa,
120 que será compartilhada no grupo de WhatsApp posteriormente pelas conselheiras. Ela ainda relatou que seria
121 interessante que fosse estabelecido um fluxograma de orientação para a vítima que chega na rede intersetorial,
122 seja na saúde, educação ou assistência social, caso ainda não exista. Maria Amélia explicou que foi exatamente
123 nesse sentido que o Conselho idealizou o convite para ela, porque já foram trazidas às reuniões o fluxo das
124 secretarias de Ação Social e Saúde. Disse ainda, que a conselheira Thalia chegou a fazer um esboço do fluxo,
125 porém o colegiado entendeu que seria interessante que convidasse, em cada reunião, um grupo de cada área das
126 políticas públicas, pois foi percebido que em alguns momentos cada setor tem um fluxo específico, mas nem
127 sempre se conectam. Nesse sentido foi feito o convite para que as representantes da DDM pudessem
128 compartilhar como ocorre o processo quando a mulher chega até o local. Myrian, da OAB solicitou a palavra
129 para fazer uma contribuição, dizendo que é necessário esclarecer principalmente para a população mais carente,
130 que não está assessorada por advogados, as competências de cada atendimento, de cada órgão, questionando o
131 que se pretende quando a pessoa procura determinado setor, para que possa encaminhar para os locais corretos,
132 de acordo com o que a vítima busca. Salientou ainda a importância de uma cartilha com uma linguagem mais
133 acessível ao público em geral, e com menos informações técnicas. Viviane reforçou para que a comissão de
134 comunicação já utilizasse as informações dadas na reunião como um pontapé inicial, pegar as informações
135 prestadas pelas outras políticas públicas para dar início ao material de forma mais lúdica. Ficou definida que
136 será agendada uma primeira reunião a ser marcada via grupo do WhatsApp. Priscila reforçou que ainda tem o

CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

137 Escuta Ativa e o Ministério Público para participarem da reunião do CMCF antes de iniciar esse esboço.
138 Questionou se já inicia o arquivo ou se aguarda essas reuniões. Viviane pontuou que caso deixe para as
139 próximas reuniões, essa cartilha pode ficar para o próximo ano, dessa forma sugeriu que já iniciasse, com
140 reuniões, ou por e-mail, para que consiga iniciar esse material, pensando que tem apenas duas reuniões para
141 esse ano. Karla afirmou que onde ela trabalha tem algumas questões que precisam ser comentadas, e que ela
142 acredita que o colegiado já pode começar a trabalhar na elaboração para que não atrase a produção deste
143 material. Regina solicitou a palavra dizendo que percebe que existem muitas pessoas que procuram serviços
144 inadequados para suas demandas e que isso é um reflexo de que a rede não está funcionando, muitos serviços
145 não comunicam entre si. Dessa forma, esse trabalho de envolver toda a rede é essencial para melhorar esta
146 comunicação, e deve ser elaborado o material concomitantemente às reuniões, elaborando as perguntas e
147 respostas paralelas às reuniões. O Colegiado comentou sobre a lei sancionada que libera o benefício de aluguel
148 para mulheres vítimas de violência. Foi questionado se o município irá subsidiar este recurso ou se é da esfera
149 federal. Maria Amélia recordou que atualmente no município já existe o benefício eventual de aluguel social,
150 que também atende mulheres em situação de violência, além do serviço de acolhimento especializado para esta
151 demanda. Com relação à nova legislação, o município e Conselho de Assistência estão atentos, porém ainda
152 não tem informação se existe previsão orçamentária do Governo do Estado para esse benefício. Maria Amélia
153 salientou sobre a importância de o CMCF participar desta discussão, e foi sugerido a elaboração de um
154 documento oficial para a gestão, solicitando informações sobre como está essa articulação junto ao estado, e o
155 CMCF podendo até se organizar junto ao Conselho da Assistência para cobrar do estado esse financiamento.
156 Foi feita uma votação e ficou definido pelo colegiado que oficiasse o setor responsável, e posteriormente Maria
157 Amélia trará a resposta referente a essa questão assim que derem a devolutiva. Por último, Priscila questionou
158 se será realizado o convite para a Escuta Ativa, Ministério Público e Defensoria Pública, foi votado que sim
159 para a próxima reunião, que será presencialmente no próximo mês. Finalizados os assuntos, a Reunião se
160 encerrou às onze horas (11h) e eu, Ana Caroline de Andrade Lopes, conselheira do CMCF, lavrei a presente Ata,
161 que uma vez lida e aprovada, será anexada à lista das conselheiras participantes.